

NUM PAIS ONDE NÃO QUEREM DEFENDER OS MEUS DIREITOS, EU NÃO QUERO VIVER

Apresentação da Conferência: Vamos Avaliar a Troika

**Eduardo Paz Ferreira
Presidente do IDEFF**

Permitam-me que comece por expressar a minha satisfação pela jornada que agora iniciamos e que nos vai juntar a todos num exercício de reflexão absolutamente essencial, contrariando a tendência para a apatia e o desinteresse pelas grandes questões cívicas, culturais, económicas ou políticas.

Creio que um dos aspectos em que a democracia portuguesa piores resultados produziu foi o de não ter operado uma verdadeira revolução nas concepções de cidadania, conseguindo que a política, entendida no seu sentido aristotélico ganhasse o lugar central que deve ter em qualquer sociedade.

Porventura que os exageros posteriores à Revolução de Abril e os ataques, então feitos, à democracia representativa, em nome de formas de democracia directa, terão produzido o mais perverso dos efeitos, eliminando a democracia directa do léxico político e debilitando a crença na democracia representativa, numa fusão com a cultura autoritária e anti-parlamentar da ditadura.

Num ambiente de consumismo desenfreado e de optimismo ilimitado quanto ao crescimento económico, a cultura do espectáculo, do lazer e da ostentação tornou-se asfixiante e remeteu a actividade política para um limbo pouco desejável, reduzindo-a praticamente a uma repetitiva actividade eleitoral, cada vez encarada com menos interesse.

O debate político foi substituído pelas transmissões de futebol, os concursos, as telenovelas, os reality-shows. Os noticiários passaram a ser dominados pelo crime e castigo, este último muitas vezes expeditamente ditado na praça pública, para evitar as delongas de um julgamento isento e sério, uma vez que os tribunais estão demasiado cheios, como é sabido.

O despertar, inorgânico, muitas vezes insuficientemente informado e incapaz de passar a um patamar de exigência superior, por parte de tantos jovens é um dos raros sinais de optimismo que podemos encontrar nos últimos tempos.

Ao afirmar que temos o direito de discutir a *Troika* e o seu programa ou, melhor dizendo, de avaliar a *Troika* para usar a sua própria terminologia, recusamo-nos a ser cúmplices de uma cultura de resignação e desistência.

Quando comecei a pensar na realização desta conferência quis, de imediato, associar a Universidade de Lisboa e o seu magnífico Reitor, que junta um perfil e percurso académico de excepção, em Portugal e no exterior, com um empenho cívico exemplar.

A republicana Universidade de Lisboa, graças ao Professor António Nóvoa, deu um inestimável contributo à democracia portuguesa, ao longo deste ano em que comemorou os seus cem anos, através de um conjunto de iniciativas de extraordinário fôlego que demonstraram à sociedade que a Universidade foi capaz de formar uma plêiade intelectual e cívica, bem expressa nos três primeiros Presidentes da República democraticamente eleitos, ou nas dezenas de antigos alunos que proferiram as memoráveis cem lições.

Obrigado Senhor Reitor e Meu Caro amigo por juntar este debate às comemorações do centenário.

É para o espírito republicano que apelo, aliás, em primeiro lugar, recordando como as enormes dificuldades em lidar com as potências estrangeiras ou com as dificuldades financeiras foi decisiva para a divulgação do ideal republicano.

Naturalmente que se não poderá esquecer que foi a incapacidade de dar resposta aos problemas financeiros que criou o terreno de que se alimentaram os movimentos totalitários que viriam a instaurar a ditadura. Com ela, os portugueses – e saúdo a presto a minha homenagem a quantos e

particularmente a quantos nesta Universidade sempre o recusaram – entregaram a resolução dos seus problemas a um homem providencial.

Pierre Mendès France – uma das grandes referencia morais e cívicas do século XX – alertava, curiosamente como argumento para voltar contra a adesão às Comunidades Europeias, o risco de as decisões serem transferidas para uma tecnoestrutura, em sua opinião equiparável a outra forma de ditadura. E isto já cinquenta anos atrás.

Receio que depois de termos experimentado a primeira solução, estejamos tentados pela segunda. Nós, os cidadãos, *we the people*, neste tempo de domínio anglo-saxónico, temos de ser capazes de recusar o *diktat*, assumindo as nossas responsabilidades e recusando a desresponsabilização dos que elegemos para em nosso nome assumirem o Governo da Nação.

De resto, se era já mau que uma estrutura tecnocrática do estilo da Comissão Europeia decidisse sem estar sujeita a um controlo democrático, é bem pior quando 25 dos 27 países abrem mão de quaisquer poderes próprios para obedecer ao eixo Berlim-Paris.

Neste ambiente de irresponsabilização política geral, é extraordinário ver com o direito interno, mesmo o constitucional, assim como o direito europeu perdem totalmente relevância. Tudo se passa como se a única fonte de direito fosse a *Troika*. Que grande desafio para nós juristas! mas que grande desafio também para nós cidadãos em geral!

Ao longo do dia, iremos ouvir um conjunto extraordinário de oradores, que estou muito honrado de ter conseguido reunir, que irão abordar quase todas grandes questões que o acordo e actuação da Troika levantam. As perspectivas que ouviremos serão, naturalmente, diversas. Este é um ponto de honra em qualquer iniciativa do IDEFF.

Como estarão recordados, dois dias atrás, soube-se que os bancos iriam pagar à Troika todas as despesas relacionadas com as avaliações das instituições financeiras por ela promovidas. Por um vez, sentiu-se uma indignação generalizada. Um jornalista com a qualidade de Pedro Santos Guerreiro escreveu: “A troika é um bocado sádica. Diverte-se a fazer pouco

dos bancos portugueses. Esta de lhes mandar a conta das suas próprias despesas é apenas mais um vexame. Nisso a banca está coberta de razão: se o Estado pagasse as dívidas das suas empresas é que fazia bem.

A banca está lacaia. Dezenas de inspectores estão a varrer as contas dos bancos; com auditores terceiros; tudo é reportado a um comité que, além da troika e do Banco de Portugal, inclui os bancos centrais... da Espanha, da França e da Bélgica. Isto já não é perda de autonomia, é violação de seriedade. A banca está a ser humilhada e ainda paga a conta. É quase arrogante. É um come-e-cala. É como cantavam os Trabalhadores do Comércio: "Ou taquetinho ou levas no focinho".

É certo que as questões que a intervenção da *Troika* levanta são muito mais graves e com reflexos bem maiores.

Já tive ocasião de recordar como a *troika* desenhou, em três semanas, um programa de profunda alteração da economia e da sociedade portuguesas e de tornar claro que, logicamente há, no acordo assinado por Portugal, medidas que devem ser apoiadas, que estavam para ser tomadas ou inevitavelmente viriam a ser tomadas e que são condição fundamental para o desenvolvimento e para a criação de uma sociedade mais justa. Mas outras há, que justa e legitimamente devem ser questionadas.

Entre o acordo em vigor e aqueles que nos anos 80 foram celebrados com o FMI existem diferenças abissais, uma vez que ainda que estes envolvessem toda uma série de medidas duras de austeridade, estavam bem longe de consubstanciar um projecto de alteração radical da sociedade.

A cultura da *troika* – no essencial a do Fundo Monetário Internacional – é uma cultura autocentrada na crença da infalibilidade das metodologias transpostas para as suas recomendações. O somatório de desaires já documentados em vários países em que medidas de idêntico sentido foram aplicadas não parece abalar essa fé. A real incapacidade de encontrar uma solução alternativa à impossível desvalorização cambial é por demais evidente.

E, no entanto, a *troika* revisita Portugal não para reajustar o programa e apreciar da sua adequação à evolução económica, mas antes

para se certificar que as medidas estão a ser todas cumpridas ou, mesmo ultrapassadas, conforme desejo expresso tantas vezes manifestado pelo Governo.

Era importante que os decisores políticos que subscreveram e apoiaram o acordo, em vez de se limitarem a tudo justificar com a invocação desse acordo, explicassem a racionalidade e os benefícios daí resultantes. Dir-me-ão – é certo – que é cedo demais para isso, mas quando se toma conhecimento, pelo Boletim de Outubro do Banco de Portugal, de que o défice orçamental é bem superior ao esperado e que no próximo ano viveremos em recessão funda – tornando-se necessário adoptar novas medidas de austeridade, não podemos deixar de nos preocupar com os efeitos das medidas pré-anunciadas e com os efeitos (perversos ou virtuosos) das medidas já adoptadas.

A insistência em medidas de austeridade e a assunção desta via como o único caminho de salvação das economias é o resultado de largos anos de domínio intelectual de políticas económicas liberais, mas não deixa de ser curioso notar que a caução intelectual para esse tipo de medidas praticamente desapareceu. Aos tradicionais “esquerdistas”, Krugman e Stiglitz, juntam-se, agora, nomes tão insuspeitos como, Kenneth Roggof, Noel Roubini, Warren Buffet ou Martin Wolf, na condenação deste percurso, enquanto que, para além da senhora Merkel e de Nicolas Sarkozy e de responsáveis e ex-responsáveis pelo BCE, não se ouvem vozes independentes de apoio ao caminho seguido na Europa. Mesmo o Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, deu já sinais de ter abandonado essa via.

Ontem mesmo, foi conhecido o apelo de Georges Soros e outras cem personalidades para que a União Europeia mude de caminho. Como tantas vezes, sucedeu nos últimos tempos, estamos à espera de mais um programa franco-alemão que salvará a União Económica e Monetária.

E, entretanto, esperamos. Num artigo hoje publicado, recordei o sábio conselho de Chico Buarque: espere sentado ou você se cansa e lembrei, também que como ele canta, está provado que quem espera nunca alcança.

Os pressupostos em que assentava o acordo com a *troika* eram irrealistas, mesmo ao tempo da sua celebração: uma previsão de aumento fortíssimo das exportações em tempos de recessão, custos sociais excessivos e desigualmente repartidos.

Tudo isso se tornou mais claro nos últimos tempos, com a falência da receita para a Grécia, com o acumular da crise do sistema financeiro e com os sinais de abrandamento da actividade económica na generalidade dos estados europeus.

Vamos, pois, persistir no caminho da Grécia, convictos os nosso políticos e os nossos parceiros europeus, que somos mais dóceis e melhores alunos. Mas, de que valerá todo este esforço se nada se vê que possa justificar a esperança.

Jorge Silva Melo, um desses intelectuais portugueses que nos redimem dos nossos piores momentos, não pôde estar aqui hoje connosco, mas recordou-me que na peça de Von Kleist, *Michael Kolhaas*, o mau da fita era já um barão Von Tronka. Será uma inevitabilidade semântica?

Na peça, um mercador de cavalos Michael Kolhass é obrigado pelo barão Von Tronka a deixar dois dos cavalos que transportava, a título de punição por não ter os papéis necessários ao transporte. Em Dresden, Kolhass descobre que tal tratamento foi totalmente ilegal e arbitrário e regressa ao castelo do barão para reivindicar os cavalos. Aí descobre que os cavalos foram pessimamente alimentados e usados em árduas tarefas no campo e os tratadores que protestaram violentamente agredidos.

Resolve, então, recorrer ao Tribunal, mas um ano depois descobre que, por influencia política de Von Tronka, o tribunal decidiu contra a sua pretensão. Segue todos os passos judiciais e administrativos possíveis que sempre esbarram no poder do barão, até que convencido da impossibilidade de obter justiça por meios legais, inicia uma guerra privada e conquista o castelo. Seguem-se inúmeras peripécias, que inspiraram Kafka e que levam à condenação de Kolhass à morte. A caminho do cadafalso recebe papéis que o informam que, finalmente, ganhou o pleito e os cavalos lhe irão ser devolvidos e os trabalhadores indemnizados. Kolhas engole os papéis imediatamente antes de lhe ser cortada a cabeça.

Jorge Silva Melo encenou a peça em Portugal e, como alguns estarão recordados, chamou-lhe NUM PAIS ONDE NÃO QUEREM DEFENDER OS MEUS DIREITOS, EU NÃO QUERO VIVER.

Que esse percurso pela história e pela cultura europeia no seu melhor nos sirva de inspiração para exigirmos o respeito pelos nossos direitos como homens e cidadãos de um país livre.